

Cuba pós-colapso do Leste Europeu: um debate necessário¹

Roselena Leal Colombo²

Desde meados de 2006 a doença e o afastamento de Fidel Castro do cenário político público têm suscitado uma retomada de debates sobre os destinos de Cuba. É possível afirmar que a transição de poder em Cuba vem sendo gestada no círculo fechado do primeiro escalão do governo a um bom tempo e que há uma equipe de transição que de fato governa o país.³ No entanto, essa transição não está garantida sem sobressaltos, crises agudas e desestruturação do regime.

Passados vários meses, mantêm-se o estado de saúde de Fidel em sigilo e algumas hipóteses de senso comum na esquerda mundial refletem a imensa confusão teórica sobre o que aconteceu em Cuba a partir dos anos 90, como parte da crise daquela diante do colapso do socialismo real.⁴

Para além da simbologia de resistência ao neoliberalismo e da continuidade de uma política formal de bloqueio econômico por parte dos EUA, é necessário que nos debrucemos a analisar Cuba procurando desvelar as novas contradições colocadas a partir dos anos 90, levando em conta tanto a conjuntura internacional quanto as particularidades históricas do país.

Este artigo não pretende, obviamente, fazer uma análise completa de um país que se constituiu e se mantém no imaginário da esquerda mundial como referência. Esta é uma tarefa coletiva e bastante complexa.

No entanto, é urgente a superação de análises típicas do pensamento idealista que, no afã de preservar a memória histórica da Revolução de 59 e as conquistas do povo cubano, se distanciam da realidade histórica atual.

No sentido de contribuir com esse difícil mas necessário debate, procurarei aqui apresentar algumas amostras de estudos que desembocaram em minha dissertação de Mestrado.⁵

A situação de Cuba no início dos anos 90: Crise, Bloqueio e reformas na legislação

Com a crise dos anos 90 Cuba encontrou-se diante de uma nova e complexa realidade. O colapso do socialismo real ocasionou a desestruturação da cadeia produtiva cubana, extremamente dependente das relações com o ex-bloco socialista, onde cerca de 85% do comércio internacional cubano vinculava-se no campo do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME).⁶

“En Cuba, 1993 ha sido el cuarto año consecutivo de decrecimiento económico. La caída acumulada del producto social global desde 1989 a 1993 se aproxima a un 45%. Las perspectivas de una recuperación de la actividad económica global en 1994 son, en el mejor de los casos, inciertas.”⁷

¹ O presente artigo foi originalmente escrito em março de 2006. O afastamento de Fidel Castro e as incertezas e discussões em torno do processo sucessório impõem novas investigações no campo do marxismo. No entanto, apesar de breves atualizações, mantenho a essência matricial do artigo original, na medida em que os novos desafios analíticos colocados pela realidade imediata somente poderão ser interpretados levando em consideração o processo histórico aberto com o colapso do Leste Europeu no início dos anos 90.

² Professora da rede pública de ensino municipal de Porto Alegre. Especialista em História Contemporânea/FAPA e Mestre em História Ibero-Americana/PUCRS.

³ Além da figura pouco carismática de Raúl Castro, foi nomeado um triunvirato formado por Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Legislativa, Carlos Lage, atual vice-presidente e Felipe Pérez Roque, ministro das Relações Exteriores.

⁴ Para entendermos o que se passa, não somente em Cuba, mas no conjunto dos países que expropriaram a burguesia no pós-guerra é necessário retomarmos o debate sobre a natureza social desses Estados, as contradições entre os movimentos revolucionários e suas direções, os limites do nacionalismo e a importância do internacionalismo na geografia das revoluções.

⁵ COLOMBO, Roselena Leal. *Cuba pós-colapso do Leste Europeu: Reinserção Internacional e Reformas Estruturais na Revista Economía y Desarrollo* – (1996-2000). Porto Alegre: PUCRS, 2004. A análise da Revista *Economía y Desarrollo*, da Faculdade de Economia da Universidade de Havana, nos períodos de 1996 a 2000 foi estruturada em três grandes blocos temáticos: conjuntura internacional, reformas macroestruturais e reestruturação produtiva. Foram consideradas tanto as singularidades quanto as recorrências, na medida em que se produzem num mesmo ambiente intelectual marcado pela necessidade de responder às novas circunstâncias históricas.

⁶ Em janeiro de 1949 reuniram-se em Moscou representantes da Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Polônia e União Soviética com o intuito de discutir questões referentes à cooperação econômica e à contraposição ao Plano Marshall, então encabeçado pelos EUA. Na sua origem e segundo dados oficiais, o CAME foi uma organização entre Estados com o objetivo de coordenar atividades econômicas e desenvolver cooperação econômica, científica e técnica. Ver RECARTE, A. Cuba: *economía y poder (1959-1980)*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

⁷ CARRANZA, J.; GUTIÉRREZ, I. e MONREAL, P. Cuba: *La Reestructuración de la Economía*. Madrid: IEPALA Editorial, 1995, p. 36.

Especificamente o problema da agricultura e da produção de alimentos adquiriram uma nova dimensão na medida em que algumas estatísticas informam que ao final dos anos 80, ao redor de 57% das proteínas e mais de 50% das calorias consumidas pela população foram de origem importada, direta ou indiretamente.⁸

Por sua vez, a menor disponibilidade de meios de produção teria provocado um colapso do sistema produtivo com a paralisação total ou parcial de empresas.

Soma-se a essa situação de crise generalizada o acirramento da política de bloqueio econômico⁹ por parte dos EUA no início dos anos 90. As Emendas Mack e Smith¹⁰ de 1989, a Lei Torricelli¹¹ de 1991 e a Helms-Burton de 1996, caracterizam-se pela absoluta ruptura com pressupostos de direito internacional.

A Helms-Burton, intitulada originalmente *Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubana*, aprovada pelo então presidente democrata Bill Clinton, estabelece a permissão para que norte-americanos levem às cortes dos EUA todo estrangeiro que “trafique” com “propriedades norte-americanas” em Cuba. A Lei define como propriedades norte-americanas aquelas nacionalizadas pelo governo revolucionário depois de 1º de janeiro de 1959, proibindo às cortes norte-americanas invocar a “Doutrina de Ato de Estado”, princípio reconhecido internacionalmente que justifica o processo cubano de nacionalizações.¹²

Curiosamente, apesar dessa lei ter sido aprovada poucos meses após a Lei de Inversões Estrangeiras de 1995 de Cuba, os sucessivos governos norte-americanos têm sido pressionados a não utilizá-la. Cabe ressaltar a forte pressão da comunidade internacional (fundamentalmente México, Canadá e União Européia) e de setores empresariais norte-americanos nesse sentido.

“Trás señalar que el impacto de la citada legislación no ha sido el esperado por sus promotores, prueba de ello es que el 57% de las asociaciones económicas internacionales en activo fueron constituidas

después de su aprobación, los peritos expusieron, no obstante, algunos ejemplos comprobados de los daños a importantes inversiones extranjeras en Cuba [...]”¹³

O quadro apontado acima e os dados apresentados a seguir colocam em novos patamares a questão do bloqueio norte-americano. Se por um lado é inegável a sua manutenção e recrudescimento conjuntural, por outro, Cuba tem conseguido estabelecer relações comerciais com vários países capitalistas.

A superestimação do bloqueio norte-americano cria uma falsa idéia de isolamento absoluto de Cuba, o que não corresponde à realidade atual. Nesse sentido, já a partir de 1994 os órgãos oficiais apontam uma inversão importante nos dados econômicos. No periódico *Granma* de 25 de dezembro de 1996, a manchete afirma que “Supera la economía cubana los umbrales de su recuperación”, informando um crescimento do PIB superior ao planejado, em torno de 7,8%. Tal balanço positivo da economia manifestase como uma tendência nos anos subseqüentes. Os dados apresentados pela CEPAL em 1999 apontam que enquanto o conjunto da América Latina e Caribe apresentaram, em termos de PIB por habitante, um decréscimo de 1,6%, Cuba cresceu 5,6% ocupando o primeiro lugar entre os países latino-americanos.¹⁴

Para entendermos essa nova dinâmica apresentada oficialmente a partir da segunda metade dos anos 90, faz-se necessário investigar o processo de reestruturação econômica implementado pelo governo cubano.

Pode-se afirmar que o processo de transformações na organização da economia nacional cubana tem sua raiz no Decreto-Lei 50, de 1982.¹⁵ Denominada “Sobre Asociaciones Económicas entre Entidades Cubanas y Extranjeras” esta legislação autorizou o direito de usufruto sobre instalações industriais, turísticas e de outro tipo, assim como o arrendamento das mesmas a entidades estrangeiras.

Pela primeira vez, desde a Constituição de 1976, iniciava-se um processo de modificação conceitual na

⁸ CARRIAZO MORENO, G. Cambios estructurales en la agricultura cubana: la cooperativización. Revista *Economía y Desarrollo*, n. 3-4/1996, p. 31-32.

⁹ Desde a Conferência Naval de Londres, de 1909, é um princípio aceito no direito internacional que “o bloqueio é um ato de guerra”, e sendo assim, só é possível seu emprego entre beligerantes. Geralmente se conhece como embargo a forma judicial de reter bens para assegurar o cumprimento de uma obrigação contraída legalmente. O Governo dos EUA emprega a figura do “embargo” para não reconhecer que aplica a Cuba medidas de tempo de guerra. Apesar de formalmente o bloqueio total contra Cuba ter sido implantado em 7 de fevereiro de 1962, já desde 1959, os EUA vinham aplicando medidas de estrangulamento à economia do país. MIRANDA BRAVO, O. *Cuba-EUA: Nacionalizaciones y Bloqueo*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1996. p. 37.

¹⁰ Apresentadas pela primeira vez em 1989, propõem a revogação da legislação vigente desde meados dos anos 70. Esta permitia o comércio de filiais

estadunidenses em terceiros países, com Cuba.

¹¹ Aprovada em 1992, esta lei pretendia regular a vida política cubana, permitindo intervenção e apoio às ações de oposição ao regime.

¹² MIRANDA BRAVO, O. Op. cit., p. 38.

¹³ LEE, S. Pérdidas causa el bloqueo en sensibles sectores de la economía. In: *Granma Internacional*. Habana, 01.03.2000.

¹⁴ MILLARES RODRÍGUEZ, M. Presentación a la Asamblea Nacional del Poder Popular del Proyecto de Presupuesto del Estado para el 2000. Revista *Economía y Desarrollo* n. 1/2000, p. 223.

¹⁵ As modificações jurídicas das décadas de 80 e 90 foram objeto de estudos que realizei na graduação em História/UFRGS, nas disciplinas de Técnicas de Pesquisa. Ver CARRANZA, J.; GUTIÉRREZ, I. e MONREAL, P. Op. cit.; VEGA VEGA, J. *Cuba: Inversiones Extranjeras a partir de 1995*. Buenos Aires: Endymion, 1996.

questão da propriedade, que veio a se aprofundar com a Reforma Constitucional de 1992 e, finalmente, com a Lei de Inversões Estrangeiras de 1995.

Segundo VEGA VEGA, “Desde 1982 hasta 1989 se aprobó en Cuba un número insignificante de inversiones extranjeras”.¹⁶ Uma das explicações possíveis para tal constatação é que, apesar da crise já existente nas relações internas do bloco, o centro nevrálgico das relações de intercâmbio internacional cubano ainda estava no marco do Leste Europeu.

As experiências com o Decreto-Lei Nº 50 e, mais precisamente, as novas estratégias econômicas que se gestavam no interior do regime cubano pós-1989 precipitaram uma Reforma Constitucional que permitiu não só a legalização definitiva das inversões já existentes como o aprofundamento de reformas de natureza estrutural.

Como um de seus aspectos mais importantes, a Reforma Constitucional de 1992 introduziu a modificação explícita de conceitos quanto à natureza das formas de propriedade. Em primeiro lugar, retirou do antigo texto constitucional a irreversibilidade da propriedade estatal sobre os meios de produção e demais bens.¹⁷

Em segundo, enumerou uma nova listagem de tipos de propriedade reconhecidas pelo novo texto constitucional: “La propiedad de las empresas mixtas y asociaciones económicas; la propiedad de las sociedades mercantiles.”¹⁸

Quanto ao comércio exterior, no novo texto constitucional foi retirada a expressão “função exclusiva do Estado”. Ao Estado cabe repassar funções de operação de importação/exportação para pessoas naturais ou jurídicas.

Com essas modificações – o conceito de propriedade estatal, a forma de organização do comércio exterior e a ampliação de propriedades reconhecidas – o caminho estava aberto para o aprofundamento das medidas de inversões estrangeiras no país.

Em seu primeiro parágrafo do Artigo 1, ficam expressos os objetivos da nova lei, a de inversões estrangeiras de 1995: “[...]promover y incentivar la inversión extranjera en el territorio de la Republica de Cuba, para llevar a cabo actividades lucrativas que contribuyan al fortalecimiento de la capacidad económica y al desarrollo sostenible del país, sobre la base del respecto a la soberanía e independencia nacionales y de la protección y uso sostenible de los

recursos naturales; y establecer a tales efectos, las regulaciones legales principales bajo las cuales debe realizarse aquella.”¹⁹

Enquanto a Lei de Inversões de 1982 colocava como objetivos “la expansión de las exportaciones y el turismo extranjero”²⁰, a nova Lei de 1995 explicita a busca de atividades lucrativas e estabelece a abertura a praticamente todos os setores da economia.²¹

Esse conjunto de modificações na legislação cubana reflete um processo combinado de adaptações e opções conscientes frente às novas condições econômicas colocadas diante do desmantelamento da cadeia produtiva construída junto ao bloco de economias do Leste.

Reinserção Internacional e Reforma Estrutural²²

A reinserção nas relações internacionais combinou-se com um processo de releituras da história das relações de Cuba com o Leste. Através da análise temática de artigos publicados no período 1996-2000²³, pode-se evidenciar algumas tendências discursivas.

Em primeiro lugar, a vinculação a um único mercado passou a ser vista como desvantagem, ao condicionar a inexistência de uma estratégia integral de inserção no mercado mundial.

Esse tipo de raciocínio conduziu, pela negativa, ao conceito de competitividade, sendo ressaltado de forma recorrente que a estabilidade e segurança nas relações com o Leste criou um ambiente produtivo, desde a macroestrutura até o gerenciamento local, onde não era necessário montar estratégias competitivas no mercado internacional.

Em segundo, a importação do modelo produtivo do Leste tendeu a ser percebida relacionando centralização e planificação econômicas com burocratismo e ausência de eficiência e produtividade.

Sob o ponto de vista da reinserção em si, apesar de recorrentes flutuações, a União Européia tornou-se um novo eixo de comércio internacional, representando já em 1995 cerca de 40% do comércio exterior cubano:

“[...] el perfeccionamiento de la Ley de Inversiones extranjeras, ha estimulado el establecimiento de empresas foráneas en sus diferentes modalidades, que de forma significativa proceden de países miembros de la Unión Europea. Así, de los 212

¹⁶ VEGA VEGA, J. Op. cit., p. 11.

¹⁷ CARRANZA, J.; GUTIÉRREZ, I. e MONREAL, P. Op. cit., p. 47.

¹⁸ Idem, p. 48

¹⁹ VEGA VEGA, J. Op. cit., p. 39.

²⁰ Idem, p. 31.

²¹ “Artículo 10. Pueden ser autorizadas inversiones extranjeras en todos los

sectores, con la excepción de los servicios de salud y educación a la población y las instituciones armadas, salvo su sistema empresarial.” Ibidem, p. 65.

²² Dado o espaço deste artigo, optei pela discussão mais geral. Uma análise mais abrangente e minuciosa encontra-se na minha Dissertação de Mestrado.

²³ Refere-se, no caso, ao periódico *Granma* e à Revista *Economía y Desarrollo*.

acuerdos de este tipo concluídos en 1995, 86 (el 40% del total) se han realizado com naciones de la región [...].”²⁴

Especificamente os setores vinculados à extração de níquel e petróleo vieram a produzir um resultado, no ano de 1996, superior ao ano de 1989, fruto da política de formação de sociedades de economia mista e associação econômica internacional.

“La presencia de capital extranjero es fuerte en ramas importantes y dinámicas de la economía nacional, entre otras, el turismo (16% del total de acuerdos), el níquel, sector petrolero, minería en general, biotecnología, productos farmaceuticos, textil, telecomunicaciones, representaciones bancarias, agricultura y azúcar, hasta un total de 34 ramas diferentes.”²⁵

Mas talvez o mais importante, numa análise sobre as novas relações internacionais, seja o fato de que, a partir das reformas na legislação, não há mais monopólio do comércio exterior²⁶ e às empresas de capital totalmente estrangeiro é permitida a remessa de lucros ao exterior sem passar pelo Banco Central Cubano.²⁷

Sobre a natureza estrutural das reformas afirma-se que “[...] se produce actualmente una transformación económica, importante, de carácter estructural. No se trata simplemente de medidas a corto plazo para enfrentar una situación conyuntural. El actual proceso de transformaciones genera una dinámica propia de cambios que abarcan necesariamente a toda la economía nacional y no se limita a los sectores que desempeñaron el papel protagónico.”²⁸

Essa é uma primeira questão crucial na discussão sobre o novo momento histórico de Cuba. O conjunto de mudanças na legislação e as reformas macroestruturais e internas das empresas não são passíveis de analogias com a NEP²⁹ da URSS, não só

pelo total distanciamento de contexto histórico mas, principalmente, pela natureza estrutural das medidas adotadas em Cuba.

O quadro a seguir aponta tendências do funcionamento econômico na segunda metade dos anos 90.

Programa de medidas	FUNCIONAMIENTO ECONÓMICO				
	cen-traliz.	descen-traliz.	flexibi-lización	pian	mercado
apertura al capital extranjero	-	+	+	-	+
desarrollo del turismo	-	+	+	-	+
modificación del decreto ley 50.	-	+	+	-	+
descentralización del Com. Exterior	-	+	+	-	+
despenalización del dólar	-	+	+	-	+
creación de las UBPC	-	+	+	-	+
reactivación del trabajo por cuenta propia	-	+	+	-	+
readecuación del Estado y Gobierno	-	+	+	?	?
programa de ajuste fiscal (1994)	?	+	+	?	+
ley tributaria 1994	?	+	+	-	+
nueva legislación laboral	-	+	+	?	?
mercado agropecuario	-	+	+	-	+
mercado de productos industriales	-	+	+	-	+
ampliación del cuentapropismo	-	+	+	-	+
ley de inversión extranjera	-	+	+	-	+
apertura de casas de cambio	-	+	+	-	+
redimensionamiento	-	+	+	-	+
perfeccionamiento de la ley tributaria	-	+	+	-	+
inicio de la reforma bancaria	-	+	+	-	+

Revista Economía y Desarrollo, n. 01/1996-p. 22

Os conceitos de descentralização e flexibilidade em oposição à planificação e centralização serviram de suporte a uma série de medidas macroestruturais – novas formas de propriedade, reestruturação do comércio exterior e descentralização e autofinanciamento das estatais –, entendidas como políticas que propõem a construção de um novo modelo e uma nova cultura econômicos.³⁰

O autofinanciamento das estatais merece um destaque especial por evidenciar uma importante mudança de paradigma que afeta a natureza mesma do Estado cubano. Sob a justificativa da necessidade de redução do déficit orçamentário (uma das estratégias traçadas no chamado “período especial”³¹), as estatais passaram a ser identificadas como “mais um setor da economia”, perdendo na

²⁴ PUERTA RODRÍGUEZ, H. Relaciones económicas Unión Europea-Cuba, análisis de sus perspectivas. *Revista Economía y Desarrollo*, n. 1-2/1997, p. 130.

²⁵ CARRIAZO MORENO, G. Cuba: câmbios econômicos. *Revista Economía y Desarrollo*, n. 2/1996, p. 15.

²⁶ “[...] función que en la actualidad pasan a compartir las empresas mixtas, las representaciones de firmas extranjeras e, incluso, numerosas empresas estatales, lo cual las acerca a las condiciones del mercado. [...] Ya a finales de 1993 se había descentralizado la función del comercio exterior y unas 240 entidades estatales habían sido autorizadas a efectuar su comercio exterior directamente, cuando solo eran cincuenta en 1989.” Idem, n. 2/1996, p. 13.

²⁷ “El Banco Central posee autonomía orgánica y personalidad jurídica independiente. Este es el encargado de formular la política monetaria, y una vez aprobada, dirige de forma independiente su aplicación.” HIDALGO DE LOS SANTOS, V.; GANCEDO GASPAS, N. M. Reforma del Estado y equidad: la experiencia cubana. *Revista Economía y Desarrollo*, n. 1-2/1998, p. 39.

²⁸ CARRIAZO MORENO, G. Cuba: cambios económicos. *Revista Economía y Desarrollo*, n. 2/1996, p. 26.

²⁹ Em 1921 o X Congresso implanta a Nova Política Econômica (NEP), em consequência da profunda crise das forças produtivas na jovem URSS após a guerra civil. Dentre as principais medidas adotadas estavam: imposto progressivo em gêneros, restabelecimento do mercado e economia monetária, concessões aos capitalistas estrangeiros em empresas mistas no setores de minas e atividades florestais. Tais medidas tinham como marco referencial a continuidade do monopólio do Estado sobre o comércio exterior. Ver BROUÉ, Pierre. *União Soviética: Da Revolução ao colapso*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

³⁰ HIDALGO DE LOS SANTOS, V.; VIDAL ALEJANDRO, P. e TABARES NEYRA, L. Equilibrios monetarios y política económica. *Revista Economía y Desarrollo*, n. 2/2000, p. 76.

³¹ Frente à dissolução da URSS e do CAME o governo cubano instaura um período de ajustes severos na economia. Ver CARRANZA, J.; GUTIÉRREZ, I. e MONREAL, P. op. cit.

prática seu *status* de núcleo central econômico.

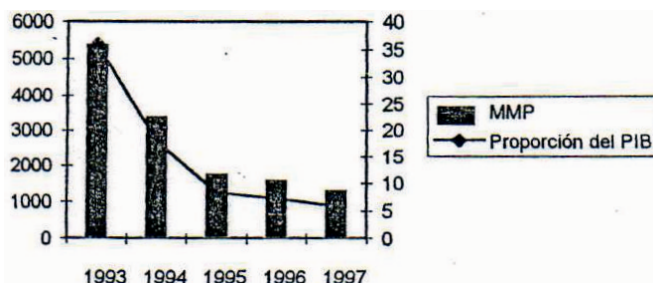
Tal lógica reflete a opção pela teoria das “vantagens competitivas” segundo a qual as empresas individuais adquirem maior relevância no mercado internacional, na medida em que “[...] las decisiones de las empresas transnacionales de transferir tecnología, invertir y generar corrientes de comercio internacional, pueden influir en gran medida sobre la competitividad internacional de los países en desarrollo.”³²

Essa opção é colocada como contraponto à teoria clássica das “vantagens comparativas” de Ricardo³³, em que é defendida a tese de que o comércio beneficia a todos e cada país se especializa na produção daqueles bens que dispõem de menores custos relativos. A combinação dos conceitos de descentralização/flexibilização com os de rentabilidade/eficiência/competitividade levam à idéia de individualização do parque industrial estatal. Inicialmente optou-se pela redução dos gastos com subsídios para as estatais, passando ao autofinanciamento, ou seja, o Estado passou a economizar com aquelas.

Tais medidas, que poderiam ser analisadas como emergenciais diante de uma conjuntura internacional adversa, refletem a adoção de uma nova lógica econômica onde os conceitos de rentabilidade/competitividade/autofinanciamento impõem uma dinâmica darwinista aos meios de produção administrados pelo Estado.

Essa dinâmica darwinista – sobrevivência do mais forte – se materializou numa drástica redução do subsídio às estatais e a um giro de prioridades, financiando as concessões privadas através das Unidades Básicas de Produção Cooperativas (UBPC)³⁴, como mostram os quadros abaixo.

Subsidios a empresas estatales



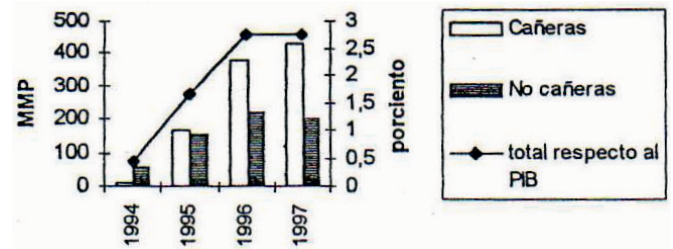
Fonte: Revista *Economía y Desarrollo*, n. 1-2/1998, p. 37.

³² JIMÉNEZ GÓMEZ, F. Globalización, desarrollo tecnológico y eficiencia económica: sus crecientes desafíos. Revista *Economía y Desarrollo*, n. 2/2000, p. 71.

³³ David Ricardo (1772-1823). Referência ao economista da escola clássica que trabalhou com a idéia de valor-trabalho, sendo utilizado como referencial nos estudos fundadores do marxismo. Ver FUSFELD, D. R. *A Era do Economista*. São Paulo: Saraiva, 2001.

³⁴ Segundo dados quanto à extensão de formas de propriedade privada no

Recursos destinados a las UBPC



Fonte: Revista *Economía y Desarrollo*, n. 1-2/1998, p. 38.

Temos portanto um processo combinado de reinserção internacional e reforma estrutural em Cuba onde as novas geografias do comércio internacional vem produzindo internamente mudanças de cunho estrutural com marcada tendência à absorção de paradigmas da economia de mercado.

Algumas questões sobre Cuba e América Latina pós-11 de Setembro

Segundo dados do Ministério para a Inversão Estrangeira e a Colaboração Econômica, Cuba terminou o ano de 2002 com 403 associações econômicas internacionais ativas, sendo 82 delas radicadas no exterior.³⁵

Das informações coletadas no ano de 2003, aparecem entre os sócios estrangeiros com maior participação nos negócios com o arquipélago a Espanha com 105 associações, Canadá (60) e Itália (57). Do total das inversões, 56% provêm de negócios com a União Européia.

Desde que Cuba iniciou o processo de inversão estrangeira foram autorizados 578 negócios e dissolvidos 175 por vencimento dos prazos acordados contratualmente.

Se mantém relações de colaboração econômica com 163 países, essencialmente na África, Europa, Caribe e América Latina. Durante o ano de 2002 houve um maior desenvolvimento nos vínculos com o Caribe, África e União Européia e, por países, se avançou significativamente com Venezuela, China e Canadá.³⁶

Quanto às áreas de onde operam os negócios estrangeiros, somam 34 setores, sendo que os de maior expressão são os de prospecção e extração de petróleo, minérios em geral, particularmente o níquel, telecomunicações e turismo. Depois há uma grande

campo: “[...] coexistem 1.161 cooperativas de productores agrícolas privados y 86.000 productores agrícolas independientes que, junto a las UBPC abarcan el 73% de la tierra cultivable del país.” CARRIAZO MORENO, G. Cuba: cambios económicos. Revista *Economía y Desarrollo*, n. 3-4/1996, p. 18.

³⁵ LOMAS, M. Balance del Ministerio para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica. In: *Granma*. Habana, 28.01.2003, p. 3

³⁶ Idem, p. 4.

diversidade: indústria alimentícia, ligeira, siderúrgica, eletrônica e de materiais de construção e, mais recentemente, nos setores imobiliário e energético.³⁷

Percebe-se aí a grande abrangência das inversões e associações com empresas estrangeiras em Cuba também no início dos anos 2000. Em que medida essa tendência tende a se fortalecer é uma questão de hipóteses.

Algumas declarações recentes – de 2005 - nos dão algumas pistas do quadro atual, como as abaixo:

“A economia cubana crescerá 9% neste ano, segundo anunciou o ministro da Economia e Planejamento, José Luis Rodríguez, na abertura do Quarto Congresso da Associação Internacional de Economistas e Contadores de Cuba.”³⁸

Recente feira internacional realizada em Cuba mostra, por outro lado, a existência de contratos econômicos com empresas norte-americanas ao mesmo tempo em que é enfatizada a estratégia de construção da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).³⁹

“Contratos com entidades norte-americanas, venezuelanas, chinesas e canadenses são o prato forte da principal bolsa de comércio de Cuba. [...] a representação dos EUA à feira se manifestou na presença de 188 companhias provedoras de alimentos e 380 empresários de 31 estados[...].”⁴⁰

Temos então informações parcializadas que dão conta de uma situação de dubiedade e novas contradições colocadas entre, de um lado, um projeto de integração latino-americano com conotações independentizantes e, de outro, a continuidade e extensão da abertura ao mercado capitalista de natureza imperialista.

Essas novas contradições, por sua vez, se dão num novo ambiente conjuntural na América Latina onde as sucessivas vitórias eleitorais de plataformas de centro-esquerda (como uma expressão distorcida da retomada de mobilizações de cunho anti-imperialista) e as enormes dificuldades do Império na implantação da ALCA são expressão regionalizada

de um novo momento na conjuntura internacional. A retomada do internacionalismo, mesmo que difuso e fragmentário, questiona a ordem internacional pela própria natureza da globalização neoliberal.

Nesse marco de ofensiva e resistência, de acirramento das contradições do sistema capitalista no início do novo século, Cuba aparece resignificada como expressão de resistência ao neoliberalismo na América Latina.

Algumas idéias sobre a reestruturação em Cuba: um processo de restauração capitalista em curso

A popularização generalizada da figura de Che Guevara, presente em todos os atos de resistência mundo afora, para além de sua figura carismática e mitológica, expressa um sentimento geral de profunda simpatia com a Revolução de 59, o povo cubano e sua impressionante resistência ao poderio estadunidense.

Nesse sentido há um sentimento geral na maioria da esquerda de preservar o regime cubano, de poupar-lhe críticas no momento em função do inimigo maior, de relevar desvios possíveis e de entender que o governo está fazendo tudo o que pode dentro de determinados limites, etc.

Para entendermos o que se passa em Cuba é fundamental a crítica às limitações ontológicas do modelo do “socialismo real” como uma saída de longo prazo e de superação positiva ao capital.⁴¹

A manutenção do aparato político/administrativo/militar da Revolução de 59 não significa, por si só, a continuidade do processo histórico ao qual foi gerado. Assim como China, Coréia e Vietnã, a situação de Cuba pode ser caracterizada como *sui generis* na medida em que, diferentemente dos desdobramentos da crise no Leste Europeu, o regime político não foi derrubado mas as estruturas sócio-históricas que o geraram sim.

Essa é uma das questões importantes na discussão sobre o modelo do “socialismo real”: a manutenção de alguns regimes políticos desse modelo permite-nos classificá-los automaticamente como ainda no campo do socialismo? E seus novos modelos econômicos?

Hoje sabe-se que o esgotamento do modelo fordista de produção, em algum momento entre as décadas de 70 e 80, refletiu-se de forma dramática

³⁷ LEE, S. Pérdidas causa el bloqueo em sensibles sectores de la economía. In: *Granma Internacional*. Habana, 28.01.2003, p. 3.

³⁸ PAGÉS, R. Economía cubana crecerá 9% neste ano. *Granma Internacional*. Disponível em:

<http://www.granma.cu/português/2005/noviembre/vier25/49economia.html>.

³⁹ Dado o espaço desta matéria não foi possível desenvolver aqui uma análise sobre a dubiedade do discursivo bolivariano.

⁴⁰ ORAMAS, J. Contratos por mais de US\$ 400 milhões. In: *Granma Internacional*, 01.11.2005. Disponível em:

<http://www.granma.cu/português/2005/noviembre/un1/45contratos.html>.

⁴¹ Na formação social de Cuba a herança colonial monocultora e dependente do mercado externo apresentou certas continuidades após a Revolução de 59 no tipo de relações estabelecidas com o bloco do Leste Europeu, mantendo parte da tradição histórica do modelo de “vantagens comparativas”, típica dos países agro-exportadores. Ver LE RIVERENT, J. *Historia económica de Cuba*. La Habana: Ed. Ciencias Sociales, 1981; ACOSTA, J. Cuba: de la neocolonia a la construcción del socialismo. *Economía y Desarrollo*, n. 19-20. Habana: Universidad de Habana, 1973.

no Leste. No início dos anos 90 Robert Kurz⁴² já apontava que a chamada crise do Leste era em grande parte não a crise do socialismo mas sim a expressão da crise do modelo produtivo capitalista em seu elo mais frágil, que eram as economias híbridas do Leste Europeu.

Esta é uma idéia-chave importante para entender a essência do colapso do Leste Europeu para além das questões de gerenciamento burocrático-militar do aparato de Estado. É plausível a hipótese de que muitas das rebeliões de massas ocorridas e que redundaram na queda “em cadeia” dos regimes no Leste, refletissem, ao contrário da versão triunfalista de vitória do capitalismo, exatamente o seu contrário.

É plausível a hipótese de que, guardadas todas as proporções das particularidades históricas da região, houvesse em curso um processo de restauração capitalista, subterrâneo, gestando-se e sendo administrado pelo aparato de Estado, no marco da crise de acumulação capitalista mundial e cujo modelo de ‘socialismo real’ – engessado pelo burocratismo e refém do abandono do internacionalismo como via para o socialismo – não apontava saídas possíveis fora da adaptação à economia de mercado.

A combinação entre a reinserção internacional, os limites da formação social específica de Cuba e a lógica política do regime cubano (monolitismo de partido único e uma burocracia estatal que detém privilégios em relação à maioria da população) objetivamente apontam para uma reestruturação que privilegia o capital em detrimento do trabalho, aprofundando mecanismos de economia de mercado através da legalização de novas formas de acumulação capitalista, o que implica em uma desestruturação gradativa dos alicerces sócio-jurídicos da Revolução de 59.

Cuba sem Fidel: algumas tendências políticas do imperialismo para a sucessão

Não há dúvidas de que Fidel Castro se confunde com a própria Revolução Cubana e sua influência pessoal é enorme e simbólica de toda uma etapa histórica. No entanto, segundo Martin Hernandez,⁴³ foi esse enorme prestígio que permitiu a aplicação,

por dentro do regime, de um processo de restauração sem grandes sobressaltos por parte da população.

Portanto, o que estaria em jogo hoje não seria a restauração ou não, mas sim um processo de desestabilização do mesmo regime que hoje garante vultosos lucros para as empresas capitalistas que lá aportam capital.⁴⁴

Segundo o autor e sua hipótese, a política atual dos imperialismos norte-americano e europeu é o de “pressionar sem desestabilizar”. “Por que não querem desestabilizar o regime cubano? Porque é com esse regime que está sendo restaurado o capitalismo. Então, por que pressionam por uma saída ‘democrática’? Porque os diversos setores da burguesia mundial buscam, mediante a legalização dos partidos políticos e as eleições, ganhar terreno no interior do processo de restauração, tanto em relação aos outros setores burgueses como frente ao próprio governo que hoje tem o controle do processo, o que está dando origem a uma nova burguesia ligada ao Estado.”⁴⁵

Essa política cautelosa, digamos assim, por parte tanto do imperialismo norte-americano quanto do europeu, tem evidentes diferenças, na medida em que a enorme pressão da burguesia cubana exilada no período da Revolução sobre o imperialismo estadunidense o coloca em desvantagem na corrida por espaços em Cuba.

Em entrevista à Folha de São Paulo, Caleb McCarry⁴⁶, coordenador da Comissão de Assistência para uma Cuba Livre evidencia essa tendência de pressão sem grandes sobressaltos. Perguntado se os EUA estariam dispostos a ter relações com quem quer que seja o eleito pelos cubanos, mesmo que seja um “Castro”, responde: “O processo de transição, um processo que tem de culminar em eleições democráticas, livres e justas, é um processo que deve ser liderado por cubanos, somente os cubanos podem definir seu futuro democrático.”⁴⁷

Para além do evidente cinismo quanto à velha retórica da democracia, desgastada mais recentemente pelos escândalos envolvendo Guantánamo e Abu Ghraib⁴⁸ e o desastre da política de apoio à tentativa de golpe contra Chávez na Venezuela, em 2002, uma política de

⁴² KURZ, R. *O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

⁴³ HERNANDEZ, M. Cuba: O que virá depois de Fidel? In: *Marxismo Vivo: Revista de Teoria e Política Internacional*. São Paulo: Ed. José Luis e Rosa Sundermman, n. 14, 2006.

⁴⁴ No estudo realizado para a elaboração de minha dissertação, há uma parte específica que aborda a exploração da mão-de-obra cubana altamente qualificada, com uma série de vantagens para o capital, na medida em que o Estado subsidia salários indiretos, fruto das conquistas da Revolução.

⁴⁵ HERNANDEZ, M. Op. cit., p. 10.

⁴⁶ Oficialmente, ele é o coordenador da Comissão, órgão do Departamento de Estado criado por George W. Bush e a secretária Condoleezza Rice em 2003

para “cuidar da transição de Cuba para a democracia”, mesmo antes de Fidel Castro dar qualquer sinal de que deixaria o poder.

⁴⁷ *Folha de São Paulo*, Caderno A16, 07.08.2006.

⁴⁸ Ambas se constituem, atualmente, em prisões políticas para suspeitos de atividades terroristas. Abu Ghraib, no Iraque, tornou-se conhecida mundialmente em 2004 pelas fotos de abusos cometidos por soldados dos EUA. Já Guantánamo em Cuba, tem sido alvo de denúncias de abuso e tortura, conforme relatos de suspeitos libertados a entidades de direitos humanos. A ONU pede o fechamento da prisão. Com apenas 116 km quadrados e conquistada logo no início da Guerra Hispano-Americana, em 1898, Guantánamo foi a primeira base naval estadunidense fora de seu território. Ver *Folha de São Paulo*, 02.04.2006.

intervencionismo em Cuba não seria uma política inteligente na atual conjuntura internacional.⁴⁹

Ao contrário do que a maioria da esquerda mundial tende a perceber, é possível apontar como uma análise plausível a contradição entre a necessidade do capital internacional abrir o regime para melhor se colocar diante da partilha dos meios de produção e o temor de grandes sobressaltos. Por quê?

Talvez porque corre-se o risco de enfrentar levantes que, para além das exigências de implantação dos mecanismos formais da democracia burguesa, evidenciem as insatisfações pulsantes em Cuba contra o que de fato é um processo de restauração em curso.

De toda sorte, não podemos fugir nem adiar esse debate. Nele, muitas das certezas antigas e velhas polêmicas no interior da esquerda mundial deverão ser analisadas sob novos prismas. As experiências de restauração no Leste Europeu comparativamente à China são um bom caminho de início de debate. A experiência de 90 para cá tem nos mostrado que a manutenção do regime do PC na China não só não impediu como acelerou, organicamente, a restauração capitalista.

Esperamos que o povo cubano saiba, mais uma vez, defender as bases da Revolução de 59 e que a esquerda latino-americana aponte o caminho da mobilização popular com um programa anti-burocrático e anti-capitalista. No mais, somente o binômio História e Luta de Classes poderá responder.

⁴⁹ No quarto ano de ocupação do Iraque, felizmente o Governo Bush não tem o que comemorar. O efeito da política ofensiva mostra-se um tiro no próprio pé. A resistência iraquiana expande-se crescentemente e angaria simpatias globais; o governo amarga uma estrondosa derrota nas eleições do Congresso estadunidense como reflexo da insatisfação interna enquanto que nas tropas do exército ianque o descontentamento e desejo de voltar para casa anarquiza a lógica da ocupação.